

ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL NA REGIÃO SUL DO RIO GRANDE DO SUL: RELATOS DE EXPERIÊNCIAS EM UM EVENTO UNIVERSITÁRIO

VANDA MAGLIONE DE MORAES¹; JENNIFER GAVILAN², NADJA
MAGALHÃES³, VALDELAINE MENDES⁴

¹ Acadêmica Licenciatura em Artes Visuais, UFPel – maglioness@yahoo.com.br

² Mestranda em Ciências Sociais, UFPel – jeni.gavilan@hotmail.com

³ Doutoranda em Educação, UFPel – nadjamagalhaes78@gmail.com

⁴ Professora Faculdade de Educação, UFPel – valdelainemendes@outlook.com

1. INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo relatar e analisar uma experiência de extensão universitária promovida pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas, no ano de 2015, que foi o evento “Experiências de Escolas em Tempo Integral – Encontro de Coordenadores do Programa Mais Educação da Rede Estadual de Ensino do Município de Pelotas”. Este evento teve como propósito oportunizar aos coordenadores do Programa Mais Educação (PME) um espaço de exposição do trabalho realizado nas escolas estaduais e debate sobre os resultados alcançados com a ampliação da jornada escolar. Além disso, pretendeu criar, no interior do espaço universitário de formação de professores, possibilidades de discussão sobre as implicações da ampliação da jornada escolar para o trabalho docente e para a organização da escola; identificar facilidades e limites no alcance dos objetivos traçados por cada escola que aderiu ao PME; compreender as características das oficinas oferecidas e a relação desse trabalho com o projeto pedagógico da escola; analisar a influência da participação no PME no desempenho dos estudantes na escola; compreender a percepção das famílias sobre a ampliação da jornada escolar, a partir da visão dos coordenadores do PME; identificar o perfil dos monitores que atuaram no PME; identificar como ocorre a seleção/definição das oficinas e dos monitores; compreender a concepção de escola em tempo integral presente nas ações do PME.

2. METODOLOGIA

A metodologia adotada para a sistematização deste artigo contou primeiramente com a retomada de todos os passos adotados na execução do projeto de extensão, que foram: a) planejamento, b) contato com a 5ª Coordenadoria Regional de Educação (CRE), c) divulgação do evento nas escolas para os coordenadores do PME, d) inscrição dos participantes, e) realização do encontro, f) avaliação das atividades pelos participantes e pela coordenação do evento. Durante a atividade de extensão foram realizados registros escritos e fotográficos. Também resultou do evento uma carta com o resumo de todos os debates e encaminhamentos apresentados pelos participantes. O propósito da elaboração da carta foi encaminhar às autoridades competentes uma avaliação do trabalho com os recursos do PME, de modo a contribuir no aperfeiçoamento das políticas educacionais voltadas para a educação em tempo integral.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O debate sobre a ampliação da jornada escolar não é novo. Já nos anos 1930 educadores como Anísio Teixeira apresentavam à sociedade argumentos favoráveis a projetos de escolas públicas que atendessem estudantes em tempo integral. Não se tratava apenas de uma ampliação do tempo de permanência na

escola, mas de uma forma de conceber a educação e o papel da escola. Para Anísio Teixeira, “a escola deve passar a ter uma função integral, ou seja, [...] organizar-se de sorte que a criança encontre ali um ambiente em que ela viva plenamente. A escola não pode ser uma simples classe de exercícios intelectuais especializados” (CHAVES, 2002, p. 50). A luta que se travava na educação não era apenas pela ampliação do acesso a escola, com o aumento quantitativo do número de estudantes, mas pela qualificação dos processos educacionais.

Desde essa época, no país, algumas experiências foram implementadas, como o caso dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEP), Centros de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (CAIC), Centro de Educação Unificado (CEU), e até mesmo uma experiência considerada pioneira que foi a Escola do Parque, na Bahia. Entretanto, observa-se que tais projetos ficaram situados em gestões municipais e estaduais de determinados grupos, sem chegar a se consolidarem como ação pública na área educacional.

No ano de 2007, foi instituído, em nível federal, pela Portaria Interministerial nº 17/2007 e regulamentado pelo Decreto 7.083/10, o Programa Mais Educação, como estratégia do Ministério da Educação (MEC) para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular na perspectiva da Educação Integral.

As escolas das redes públicas de ensino estaduais, municipais e do Distrito Federal fazem a adesão ao Programa e, de acordo com o projeto educativo em curso, optam por desenvolver atividades nos macrocampos de acompanhamento pedagógico; educação ambiental; esporte e lazer; direitos humanos em educação; cultura e artes; cultura digital; promoção da saúde; comunicação e uso de mídias; investigação no campo das ciências da natureza e educação econômica. (BRASIL, 2010)

Trata-se de uma política de adesão, em que as escolas e as redes de ensino públicas do país apresentam propostas ao MEC e recebem recursos para o desenvolvimento de ações que proporcionem a ampliação do tempo de permanência na escola. Os recursos são repassados às escolas para a aquisição de equipamentos e materiais e para o pagamento de monitores que assumem a responsabilidade pela condução das oficinas.

Esse Programa foi implementado em redes municipais de 976 municípios e em redes estaduais de ensino de 1046¹ municípios do Brasil. A tabela abaixo apresenta dados referentes ao crescimento da oferta de escola em tempo integral no Brasil. É importante salientar que a maior parte dos dados referentes as matrículas em tempo integral refere-se à frequência de estudantes ao PME.

Tabela – Ensino Regular – Matrículas no Ensino Fundamental por Dependência Administrativa segundo a Duração do Turno de Escolarização – Brasil – 2010-2013 Ensino Fundamental Regular

Ano	Total		Público		Privada	
	Total	Tempo Integral	Total	Tempo Integral	Total	Tempo Integral

¹ Dados do ano de 2010.

2010	31.005.341	1.327.129	27.064.103	1.264.309	3.941.238	63.120
2011	30.358.640	1.756.058	26.256.179	1.686.407	4.102.461	69.651
2012	29.702.498	2.184.079	25.431.566	2.101.735	4.270.932	82.344
2013	29.069.281	3.171.638	24.694.440	3.079.030	4.374.841	92.608

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

Tendo em vista a aprovação, em 25 de junho de 2014, do Plano Nacional de Educação (2014-2024) que define na “Meta 6 – oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos(as) alunos(as) da educação básica” e o incentivo do governo federal para que as escolas públicas promovam ações no turno inverso por meio do PME, é imprescindível criar junto às Secretarias Municipais de Educação e Coordenadorias Regionais de Educação e dentro dos cursos de formação de professores das instituições de ensino superior, espaços de debate e discussão sobre a concepção de educação em tempo integral que alicerça-a as ações das escolas brasileiras nos próximos anos. Por essa razão, apresentou-se este projeto de extensão que teve como propósito central estabelecer um espaço de debates, junto à CRE de Pelotas, sobre a configuração da ampliação da jornada escolar em escolas do município de Pelotas e região sul do estado do Rio Grande do Sul.

Participaram do Encontro representantes de 16 escolas de abrangência da 5ª CRE e representantes da 5ª CRE e da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). O evento contou com uma exposição sobre a história da educação em tempo integral no Brasil; com relatos das escolas (previamente acordados já na inscrição dos participantes) com apresentação de imagens, dados e materiais produzidos nas oficinas desenvolvidas em cada instituição; com debate sobre os impactos e os desafios da ampliação da jornada escolar.

Todas as experiências relatadas e debatidas no Encontro tiveram como referência a ampliação da jornada escolar decorrente da adesão das escolas ao PME do Ministério da Educação. O tempo de adesão ao PME, relatado pelas escolas participantes do evento, até novembro de 2015, variou de um a quatro anos. O conjunto de análises sobre as experiências relatadas revelou que a ampliação da jornada escolar, com a oferta de atividades culturais, esportivas e de reforço:

- contribui para melhorar o desempenho dos estudantes no conjunto de atividades propostas pela escola;
- oportuniza aos estudantes o acesso a atividades e experiências (como as viagens) que não fazem parte do cotidiano no meio social onde estão inseridos;
- possibilita ao estudante um maior tempo de permanência na escola e, conseqüentemente, desenvolve o sentimento de pertencimento em relação à instituição educacional;
- aproxima a família da escola, tanto no acompanhamento aos estudantes quanto na participação ativa em ações que assegurem a realização das oficinas. As famílias são amplamente favoráveis à ampliação da oferta de atividades nas escolas;
- exige a reorganização e adaptação dos espaços para receber os estudantes por mais tempo nas escolas, pois algumas instituições improvisam

locais e salas porque não contam com estrutura adequada para ampliar a jornada escolar;

- modifica a rotina da escola. Essa alteração nem sempre é bem compreendida pelos trabalhadores (professores e funcionários) que, por vezes, demonstram resistência à ampliação da oferta de atividades que exija uma maior permanência dos estudantes na escola.

A relevância da ampliação da jornada escolar para a formação dos estudantes das escolas públicas foi consenso entre os presentes no evento. Muitos revelaram que o ideal seria permitir que todos os estudantes pudessem optar pela participação em atividades complementares e não limitar o número de vagas a uma parcela daqueles que frequentam a instituição.

O grande desafio apontado pelos participantes para o prosseguimento dessas ações é a permanência, a frequência e a ampliação dos repasses financeiros para que as escolas possam arcar com os custos da realização de um trabalho qualificado e com a possibilidade de planejamento a curto e médio prazo, de forma a assegurar o efetivo direito à educação garantido constitucionalmente. Aliás, este é o grande limitador das ações, já que em 2016 não foram mais repassados recursos para as escolas desenvolverem as ações.

A ampliação e adequação do espaço físico e a aquisição e produção da alimentação, para receber um número maior de estudantes na escola, também foram indicadas como elementos que precisam ser revisados.

Em relação aos recursos humanos, ainda que a maior parte das escolas identifique aspectos positivos no trabalho dos responsáveis pelas oficinas, foi mencionada a necessidade de assegurar a presença de profissionais com vínculo empregatício, para evitar a rotatividade dos condutores das oficinas e a, conseqüente, interrupção das atividades. A necessidade do vínculo com a escola e a formação dos que operacionalizam as ações fará, entre outros aspectos, com que tenhamos realmente a Escola em tempo integral.

4. CONCLUSÕES

A atividade de extensão universitária constituiu momento importante de socialização e análise das experiências desenvolvidas no PME em escolas de abrangência da 5ª CRE. Os participantes ressaltaram a importância desse tipo de atividade para a formação continuada dos docentes e a relevância da aproximação entre escola e universidade. O documento (carta) que resultou do encontro constituiu um indicador importante do papel desempenhado por essa política educacional nas escolas públicas.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Decreto nº 7.083, de 27 de janeiro de 2010. Institucionaliza o Programa Mais Educação. Brasília, DF, 2010.

_____. Lei nº 13.005 de 24 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências.

_____. Portaria Interministerial nº 17, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa Mais Educação. Brasília, DF, 2007.

CHAVES, Miriam Waidenfeld. Educação integral: uma proposta de inovação pedagógica na administração escolar de Anísio Teixeira no Rio de Janeiro dos anos 30. In COELHO, Lúcia Martha Coimbra da Costa; CAVALIERE, Ana Maria Villela (Orgs.). Educação Brasileira e(m) tempo integral. Petrópolis: Vozes, 2002.